



CORREGEDORIA-GERAL  
DE JUSTIÇA DO ESTADO  
DO AMAZONAS

### **PROVIMENTO Nº 217/2014-CGJ/AM**

Disciplina a publicação de editais pelos Tabelionatos de Protesto de Títulos do Estado do Amazonas

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA**, Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** os termos do artigo 15 da Lei de Protesto, nº 9.492/97, que estabelece os casos em que a intimação do devedor indicado no título de crédito deva ser feita por edital publicado pelos tabelionatos;

**CONSIDERANDO** os artigos 35 e 41 da Lei de Protesto que determinam que os tabeliães podem adotar, independentemente de autorização, sistemas de computação, microfilmagem, gravação eletrônica de imagem e quaisquer outros meios de reprodução, dispensando inclusive a conservação física dos livros e documentos já digitalizados;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 11.419/2006 que informatizou o processo judicial e criou os Diários da Justiça Eletrônico para a publicação oficial dos atos do Poder Judiciário e dos órgãos a si vinculados, eliminando a necessidade da impressão em papel;

**CONSIDERANDO** que a utilização do procedimento eletrônico e da *internet* é um caminho sem volta, com tecnologias mais modernas, seguras, limpas e eficazes, e que as comunicações em meio eletrônico dispensam quase que totalmente o uso do papel;

**CONSIDERANDO** que os tabelionatos de protesto



**CORREGEDORIA-GERAL  
DE JUSTIÇA DO ESTADO  
DO AMAZONAS**

de várias partes do País já adotam a publicação de seus editais em sítios eletrônicos próprios, mantidos e custeados pelos tabeliães, notadamente nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, entre outros, com acesso gratuito a qualquer interessado em qualquer parte do mundo.

### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Autorizar os Tabeliães de Protesto da Capital do Estado do Amazonas a proceder a publicação dos editais previstos na Lei nº 9.492/97 no Portal de Protesto e em sítios eletrônicos na Rede Mundial de Computadores, mantidos e custeados sob a responsabilidade dos tabeliães de protesto, sem prejuízo de divulgação no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas e nas próprias serventias, ressalvando-se o estabelecido no art. 15, §1º, da Lei nº 9.492/97.

**Parágrafo único.** Nos termos do artigo 15 da Lei nº 9.492/97 a informação dos títulos intimados por edital deverá ser encaminhada diariamente ao Portal de Protesto e demais sítios eletrônicos para publicação em formato padronizado e predeterminado.

**Art. 2º.** Os Tabeliães de Protesto ficam responsáveis pela divulgação à população, por todos os meios disponíveis, dos endereços eletrônicos e da forma de consulta dos editais.

**Art. 3º.** Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

### **REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

Gabinete do Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 14 de março de 2014.

**Desembargador YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA**  
Corregedor-Geral de Justiça

**CUMPRE-SE, COMUNIQUE-SE E PUBLIQUE-SE.**

Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 13 de março de 2014.

**Desembargador YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA**  
Corregedor-Geral da Justiça

**PORTARIA Nº 064/2014-CGJ/AM**

O Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amazonas, Desembargador YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA,

No uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** o interesse público na apuração de supostas irregularidades praticadas pelos agentes do Poder Judiciário do Estado do Amazonas no exercício de suas funções;

**CONSIDERANDO** os documentos iniciais que deram origem à presente, objetivando que sejam tomadas as necessárias providências para apuração das causas e eventuais responsabilidades pela prescrição dos autos de Ação Penal nº 0007419-35.2013.8.04.000;

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 064/2012-CGJ/AM, que constituiu a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – PAD, alterada pelas Portarias 107/2013-CGJ/AM e 196/2013-CGJ/AM;

**CONSIDERANDO** o Despacho de fls. 209/211, exarados nos autos de nº 0200465-83.2014.8.04.0022.

**RESOLVE:**

I – Instaurar **SINDICÂNCIA** objetivando a apuração, com investigação preliminar, das causas e eventuais responsabilidades pela prescrição dos autos da Ação Penal nº 0007419-35.2013.8.04.000 no **JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE COARI/AM**, nos termos do art. 175 e seguintes da Lei nº 1.762/86;

II - Designar o Exmo. Sr. Juiz Corregedor Auxiliar, Dr. **ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO**, para presidir a Comissão da referida Sindicância, e como membros os servidores **ELIANA DANTAS DE ARAÚJO**, **LUCIANA MARA RANZI BIAZUSSI**, **BETIANE BRELAZ DE LIMA**, **LENA VANESSA DE OLIVEIRA BARBOSA**, **MANOEL AMÉRICO GUEDES DA SILVA**, **ALINE SUZANA CANTO PANTOJA**, **CLAYTON MOREIRA DO NASCIMENTO**, **JOSÉ RAILSON VALE DA SILVA** e **MÁUREA DO PERPÉTUO SOCORRO DA COSTA RALPH**, esta designada para secretariar os trabalhos.

III - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, ficando, desde já prorrogado em caso de comprovada necessidade.

**CUMPRE-SE, COMUNIQUE-SE E PUBLIQUE-SE.**

Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 14 de março de 2014.

**Desembargador YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA**  
Corregedor-Geral da Justiça

**PROVIMENTOS****PROVIMENTO Nº 217/2014-CGJ/AM**

Disciplina a publicação de editais pelos Tabelionatos de Protesto de Títulos do Estado do Amazonas

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA**, Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** os termos do artigo 15 da Lei de Protesto, nº 9.492/97, que estabelece os casos em que a intimação do devedor indicado no título de crédito deva ser feita por edital publicado pelos tabelionatos;

**CONSIDERANDO** os artigos 35 e 41 da Lei de Protesto que determinam que os tabeliães podem adotar, independentemente de autorização, sistemas de computação, microfilmagem, gravação eletrônica de imagem e quaisquer outros meios de reprodução, dispensando inclusive a conservação física dos livros e documentos já digitalizados;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 11.419/2006 que informatizou o processo judicial e criou os Diários da Justiça Eletrônico para a publicação oficial dos atos do Poder Judiciário e dos órgãos a si vinculados, eliminando a necessidade da impressão em papel;

**CONSIDERANDO** que a utilização do procedimento eletrônico e da *internet* é um caminho sem volta, com tecnologias mais modernas, seguras, limpas e eficazes, e que as comunicações em meio eletrônico dispensam quase que totalmente o uso do papel;

**CONSIDERANDO** que os tabelionatos de protesto de várias partes do País já adotam a publicação de seus editais em sítios eletrônicos próprios, mantidos e custeados pelos tabeliães, notadamente nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, entre outros, com acesso gratuito a qualquer interessado em qualquer parte do mundo.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar os Tabeliães de Protesto da Capital do Estado do Amazonas a proceder a publicação dos editais previstos na Lei nº 9.492/97 no Portal de Protesto e em sítios eletrônicos na Rede Mundial de Computadores, mantidos e custeados sob a responsabilidade dos tabeliães de protesto, sem prejuízo de divulgação no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas e nas próprias serventias, ressaltando-se o estabelecido no art. 15, §1º, da Lei nº 9.492/97.

**Parágrafo único.** Nos termos do artigo 15 da Lei nº 9.492/97 a informação dos títulos intimados por edital deverá ser encaminhada diariamente ao Portal de Protesto e demais sítios eletrônicos para publicação em formato padronizado e predeterminado.

Art. 2º. Os Tabeliães de Protesto ficam responsáveis pela divulgação à população, por todos os meios disponíveis, dos endereços eletrônicos e da forma de consulta dos editais.

Art. 3º. Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.**

Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 14 de março de 2014.

**Desembargador YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA**  
Corregedor-Geral da Justiça